

VISÃO DO CORREIO

O custo global da guerra

Desde o último dia de fevereiro, quando os aviões e mísseis de Estados Unidos e Israel atacaram o Irã, o mundo assiste não apenas a um conflito geopolítico com dramáticas consequências regionais. A fatura que se apresenta caminha para ser astronômica, ultrapassando fronteiras do Oriente Médio, ignorando o que cada um possa avaliar sobre as justificativas de legitimidade de cada lado e alcançando cada canto do planeta. A guerra já drena recursos, vidas e esperança não apenas das nações diretamente envolvidas, mas dos países vizinhos. E o potencial efeito cascata global é assustador.

Para quem não está diretamente sob a chuva de bombas, o primeiro e mais imediato impacto é sentido no bolso do cidadão comum, seja em Washington, Tóquio, Paris ou Brasília. O Oriente Médio detém grande parte das reservas de petróleo do planeta. O escoamento dessa produção para o resto do mundo depende de passagens marítimas cruciais, como o Estreito de Ormuz, por onde passam estimados 20% da produção mundial.

O regime teocrático iraniano, tentando sobreviver, aposta na disrupção dessa rota pelo maior tempo possível. Sabe que o mundo é afetado direta e cotidianamente pelo preço do barril de petróleo, e que um efeito dominó de inflação energética espalhada globalmente pressiona Estados Unidos e Israel contra um prolongamento da guerra.

O custo do frete marítimo já disparou devido ao risco de ataques e à necessidade de rotas alternativas, encarecendo toda a cadeia de suprimentos global. Em um mundo ainda tentando se estabilizar após crises sucessivas e uma pandemia catastrófica, a guerra atua como freio ao desenvolvimento. Quando postos de combustível, por exemplo, aproveitam a confusão para aumentar os preços — a exemplo do que tem sido flagrado na capital brasileira nos últimos dias —, quem paga é toda a sociedade, com inevitável alta na inflação e toda a cascata de efeitos perversos sobre a economia do país.

Para além dos números, há o custo humano, que é imensurável. O deslocamento forçado de populações cria uma crise de refugiados na região. Isso acabará por pressionar sistemas de saúde e assistência social de países vizinhos e da Europa e, no fim das contas, gerará novas e graves tensões políticas. A destruição de infraestruturas básicas — hospitais, escolas e redes de saneamento — condena gerações ao atraso.

Muitas vezes negligenciado em análises de guerra, o impacto ambiental desse conflito em particular tem potencial para ser catastrófico. A movimentação militar em larga escala é uma das atividades mais intensivas em emissão de carbono no planeta. Além disso, ataques a refinarias, depósitos de combustível e instalações industriais liberam substâncias tóxicas no solo e no ar, poluindo aquíferos e destruindo ecossistemas frágeis. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, alertou, na terça-feira (10/3), que a chuva ácida carregada de petróleo surgida depois de bombardeios a instalações do tipo traz gravíssimos riscos à saúde, atingindo indiscriminadamente a população civil das áreas atacadas.

O Brasil, embora geograficamente distante da guerra, não está imune. Sente o golpe inicialmente em duas frentes principais: agronegócio e energia. Como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, o Brasil depende criticamente de fertilizantes, muitos dos quais têm seus custos atrelados ao preço do gás natural e do petróleo, ou cujas rotas de importação são afetadas pelo conflito. O aumento nos custos de produção no campo traduz-se diretamente em alimentos mais caros na mesa dos brasileiros.

Diplomaticamente, o Brasil enfrenta o desafio de manter sua tradição de neutralidade e busca pelo diálogo em um cenário de polarização extrema. A pressão para “escolher lados” testa a habilidade do Itamaraty e pode afetar parcerias comerciais estratégicas. Além disso, a volatilidade do dólar, impulsionada pela insegurança global, pressiona a economia interna, dificultando o controle da inflação e a queda dos juros.



– Será que podemos trocar uma ideia antes?

Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Trânsito perigoso

É incompreensível certos trechos das vias de Brasília elevarem o perigo no trânsito. Refiro-me a locais que não foram feitos na época da construção da cidade. Nesta terça-feira, próximo ao balão do Jardim Botânico, infelizmente, tivemos um acidente fatal. Aquele balão, em frente ao comércio do condomínio Solar, é perigosíssimo, com faixas de preferência que induzem os motoristas a erro. Mais próximo de um ataque, onde aconteceu o acidente fatal, colocaram uma faixa de pedestres em via de grande movimentação, que surpreendeu os motoristas. Para piorar, e fingir trazer segurança, instalaram uma barreira eletrônica no “pé” da faixa. Os motoristas, naturalmente, acabam prestando mais atenção na barreira eletrônica do que na faixa de pedestres. Como semáforo só empacaria o trânsito já ruim, o ideal seria a construção de uma passarela, a mesma passarela que ansiamos há anos entre a Ponte JK e o CCBB. Voltando à controversa faixa de pedestres, ideia parecida ocorreu na saída do Lago Norte rumo ao Eixão, em que foi pintada uma faixa logo no início de uma descida, surpreendendo os motoristas com uma visão repentina. As batidas por trás e engavetamentos nesse local foram matéria de reportagem na televisão. Não adianta os órgãos de trânsito dizerem que os motoristas devem ser acostumar com as alterações. Até isso ocorrer, o risco de acidentes, ainda que leves, e de atropelamentos subsiste. Cabe a pergunta: o Setor de Engenharia do Detran/DF existe mesmo ou é mera ficção?

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Guerra

Por óbvio, a guerra iniciada pelos EUA contra o Irã nos traz preocupação; afinal, este mundo é pequeno. Mas a nossa guerra é com o clima. Enchentes sucessivas e violentas atingem todas as regiões do Brasil; queimadas, e aqui, claro, há a mão do homem diretamente ligada ao fogo, devastam inúmeras localidades do país. Até ciclones e tornados já tivemos. Mas como vencer essa guerra contra algo tão poderoso quanto a natureza? Dialogando com ela, entendendo suas necessidades e refletindo sobre o que fazer para aplacar sua “ira”. Conseguiremos? Poderia dizer que só o tempo dirá, mas o tempo também está contra nós

» **Marcus Aurelio de Carvalho,**
Santos (SP)

Serviço público

O Senado aprovou 17,5 mil novos cargos e chamou-os de “reestruturação” e de “modernização do serviço público”. A conta? R\$ 5,3 bilhões em 2026. Isso é “investimento”, não gasto, porque o timing é perfeito: ano eleitoral; categorias pressionando; o governo precisando de apoio; e o Congresso descobrindo que agradar o servidor rende mais que promessa de campanha. Já o cidadão comum continua ouvindo que “não há espaço fiscal”, que “é preciso responsabilidade” e que “o país precisa fazer escolhas difíceis”. Difíceis para quem, exatamente?

» **Pacelli M. Zahler,**
Sudoeste

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Toda mulher merece respeito, carinho e atenção todo dia.

José Ribamar Pinheiro Filho — Asa Norte

Precisando de socorro? Pega a senha e entra na fila. Atendimento preferencial e prioritário ao BRB.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

O Brasil “país do futebol”, desde 2002, não é campeão da Copa do Mundo, mas, agora, Carlo Ancelotti vai quebrar o jejum.

Humberto Schuwartz Soares — Vila Velha (ES)

Quebra de sigilo

O ministro Flávio Dino, numa canetada e unilateralmente, suspendeu a quebra de sigilo do filho do presidente da república. Cometeu uma verdadeira aberração em razão da interferência de um poder no outro. A CPMI do INSS ficou desmoralizada e sem rumo. O congresso, que tem os presidentes das duas Casas envolvidos no escândalo do Master, não reagem. O STF tem o dever, para tentar voltar a ter credibilidade, de rever esse ato de Dino e levá-lo ao Plenário da Corte para que, coletivamente, decidam se Lulinha terá sigilo quebrado. Um escárnio. Um país onde os Três Poderes vivem crise institucional sem precedente.

» **José Monte Aragão,**
Sobradinho

Mal estrutural

Não sejamos ingênuos, a sucessão de escândalos de corrupção no Brasil não pode ser atribuída a uma característica privativa do povo brasileiro. Todos os povos têm predadores sociais como também uma maioria de homens de bem aptos à vida em sociedade. O que distingue o nosso caso é um modelo político e uma concepção de Estado projetados sob medida para propiciar o desvio de bens públicos em favor de grupos organizados. Há, no Brasil, proporcionalmente, tantos bandidos como em qualquer outro país. O que ocorre, aqui, é que eles conseguiram modelar a política e o Estado, a fim de facilitar propósitos particulares. Portanto, o malffeito não é acidental, é estrutural e vai repetir-se naturalmente, tal como o nascer do sol renova-se todos os dias. Solução? Para começar bem, uma nova teoria do Estado.

» **Rubi Rodrigues**
Octogonal



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Violência normalizada

O Código Penal é bastante claro no seu capítulo 2, sobre crimes sexuais. O Artigo 217-A classifica como estupro de vulnerável “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. A pena para sórdidos que cometem a atrocidade é reclusão de 10 a 18 anos (branda demais, por sinal). Mesmo com a redação da lei facilmente compreensível até para leigos, juízes relativizam a barbárie e absolvem abusadores de crianças e adolescentes.

Para combater a assombrosa distorção, foi preciso enfatizar que esse tipo de crime não pode ser atenuado, sob nenhuma circunstância. Sancionada nesta semana, a Lei 15.353 modifica o Código Penal e ressalta, no parágrafo 4º-A, que “é absoluta a presunção de vulnerabilidade da vítima e inadmissível sua relativização”.

A lei se originou de um projeto de 2024, que ganhou força após a comoção nacional provocada pela absolvição, no mês passado, de um homem de 35 anos acusado do estupro de uma menina de 12 anos, em Minas Gerais. A decisão da Justiça estadual citou “vínculo afetivo consensual”, aval da família da criança e “relação análoga ao matrimônio” para acatar recurso do criminoso, que tinha sido condenado no fim de 2025. Uma revitimização da menina pelo Estado, e com justificativas que causam revolta e perplexidade.

Com a forte repercussão, a sentença foi derrubada pelo próprio tribunal, e o abusador voltou para a cadeia. Mas muitos outros estupradores já se livraram de punição sob argumentos semelhantes, inclusive em tribunal superior.

A violência sexual contra meninas e meninos é uma chaga negligenciada no país. Levantamentos periódicos dão um vislumbre da dimensão da perversidade. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 mostrou que 61% das vítimas de estupro no país em 2024 foram crianças e adolescentes. E isso nem reflete a real proporção do problema, dada a subnotificação. O IBGE, por sua vez, divulgou, no fim do ano passado, que 34.202 meninas e meninos, entre 10 e 14 anos, viviam em união conjugal no Brasil em 2022.

Manter crianças e adolescentes a salvo de todos os tipos de violência é dever da família, da sociedade e do Estado, determinado pela Constituição em seu artigo 227. Há outras leis específicas sobre a proteção absoluta deles. Mas só a legislação não basta. São necessárias ações práticas e efetivas de enfrentamento das agressões, com prevenção e punição. Ante a inércia de quem deveria defendê-los — notadamente o Estado — e a relativização dos crimes, meninas e meninos seguem como alvos fáceis e indefesos de predadores sexuais, incentivados pela impunidade.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS* SEG a DOM R\$ 1.187,88
Localidade	SEG/SÁB	DOM	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotografias são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br